

Elói Martins Senhoras  
(Organizador)

# CIÊNCIA POLÍTICA:

Produção decisória, governança  
e ecologias organizacionais



Elói Martins Senhoras  
(Organizador)

# CIÊNCIA POLÍTICA:

Produção decisória, governança  
e ecologias organizacionais



**Atena**  
Editora  
Ano 2022

**Editora chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Editora executiva**

Natalia Oliveira

**Assistente editorial**

Flávia Roberta Barão

**Bibliotecária**

Janaina Ramos

**Projeto gráfico**

Bruno Oliveira

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

**Imagens da capa**

iStock

**Edição de arte**

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição-Não-Comercial-Não-Derivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

**Conselho Editorial****Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco  
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre  
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso  
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás  
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



# Ciência política: produção decisória, governança e ecologias organizacionais

**Diagramação:** Camila Alves de Cremo  
**Correção:** Maiara Ferreira  
**Indexação:** Amanda Kelly da Costa Veiga  
**Revisão:** Os autores  
**Organizador:** Elói Martins Senhoras

## Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C569 Ciência política: produção decisória, governança e ecologias organizacionais / Organizador Elói Martins Senhoras. - Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-258-0458-3

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.583222507>

1. Ciência política. I. Senhoras, Elói Martins (Organizador). II. Título.

CDD 320

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

**Atena Editora**  
Ponta Grossa – Paraná – Brasil  
Telefone: +55 (42) 3323-5493  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
contato@atenaeditora.com.br



## DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



## DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



## APRESENTAÇÃO

A compreensão da realidade fática tem tradicionalmente sido objeto de estudo a partir do rigor teórico-metodológico existente em distintos campos disciplinares do pensamento científico, bem como em inovativos esforços multidisciplinares que combinam desde sistêmicas macroanálises até pontuais microanálises, sendo estes últimos a pedra de toque para o desenvolvimento deste livro.

Estruturado em oito capítulos de natureza multidisciplinar, o presente livro tem o objetivo de discutir a intitulada “Ciência Política: Produção decisória, governança e ecologias organizacionais”, por meio de um paradigma eclético de discussões fundamentadas no pluralismo teórico-metodológico e em diferentes abordagens micro e macroanalíticas que valorizam diferentes espacializações e periodizações.

O livro oferece uma coletânea de capítulos que aborda destacadas realidades empíricas, por meio de estudos de caso que possibilitam, não apenas, um olhar multidisciplinar a partir da Ciência Política sobre temas relevantes com base na *expertise* profissional dos pesquisadores, mas também, pelos subsídios fornecidos pela formação de seus campos epistemológicos de formação acadêmica.

A participação de quase trinta pesquisadoras e pesquisadores, com distintas formações acadêmicas nas grandes áreas das Ciências Humanas e Ciências Sociais Aplicadas, revela que no projeto deste livro existe um esforço colaborativo de profissionais de instituições públicas e privadas que foi construído em uma rede epistêmica com presença em diferentes estados brasileiros e do Peru.

Com base nos marcos conceituais, discussões e resultados apresentados nesta obra, uma rica construção multidisciplinar é oferecida aos leitores por meio de estudos que corroboram para a expansão da fronteira científica através de micro e macroanálises para a produção de novas informações e conhecimentos sobre a realidade política e organizacional no Brasil e no Peru.

Recomendada para um conjunto diversificado de leitores, esta obra apresenta a realidade prática da política a partir de macro e microanálises por meio de capítulos redigidos por meio de uma didática e fluída linguagem que valoriza a troca de experiências e o rigor teórico-conceitual e dos modelos, tanto para um público leigo não afeito a tecnicismos, quanto para um público especializado de acadêmicos.

Excelente leitura!

Elói Martins Senhoras



## SUMÁRIO

### **CAPÍTULO 1..... 1**

CAPITALISMO GLOBALIZADO CONTEMPORÂNEO: CONFLITOS, CONTROVÉRSIAS E PERSPECTIVAS

Eduardo Girão Santiago

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5832225071>

### **CAPÍTULO 2..... 12**

CRISE ORGÂNICA E PANDEMIA MUNDIAL: OS LIMITES DA GESTÃO DO SUS FRENTE A COVID-19

Rebel Zambrano Machado


Carlos Nelson dos Reis

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5832225072>

### **CAPÍTULO 3..... 24**

ENVELHECIMENTO E O DIREITO A CONVIVÊNCIA NA PANDEMIA

Lúcia Helena Barbalho Mendes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5832225073>

### **CAPÍTULO 4..... 36**

POLÍTICA ECONÔMICA DO GOVERNO SARNEY: O PLANO CRUZADO E AS ELEIÇÕES DE 1986

João Marcos Poyer Melo

Lucas de Moraes Ramos

Paulo Victor de Souza Guimarães

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5832225074>

### **CAPÍTULO 5..... 51**

POLÍTICA DE SAÚDE E INFLEXÕES DA RACIONALIDADE NEOLIBERAL: IMPASSES E DESAFIOS


Mayra Hellen Vieira de Andrade

Leid Jane Modesto da Silva

Patrícia Barreto Cavalcanti

Ana Paula Rocha de Sales Miranda

Lívia Maria Sales de Sousa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5832225075>

### **CAPÍTULO 6..... 61**

O TRABALHO INTERMITENTE E A PERCEPÇÃO DO EMPRESARIADO

Flávio Heleno Solano Reis

Danillo Soares Rios


Lucimara Sousa da Silva

Mayrla Pantoja Alves

Amarildo Rodrigues de Matos

Mário Jorge Santos Pinheiro

Ellen Claudine Castro Paes Barreto


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5832225076>

**CAPÍTULO 7..... 81**

PARTICIPAÇÃO JUVENIL E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: PRÁTICAS E APRENDIZAGENS NO FÓRUM DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE DA BAIXADA MARANHENSE

Ricardo Costa Gonçalves

Itaan Pastor Santos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5832225077>

**CAPÍTULO 8..... 93**

LIQUIDACIÓN TECNICA FINANCIERA DE OBRAS EJECUTADAS POR LA MODALIDAD DE ADMINISTRACIÓN DIRECTA EN LA MUNICIPALIDAD DISTRITAL DE ASILLO, PUNO - PERU

Enrique Gualberto Parillo Sosa

José Oscar Huanca Frias

Virginia Guadalupe Pacompia Flores

Carmen Eliza Zela Pacori

Illich Xavier Talavera Salas

Juan Manuel Tito Humpiri

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5832225078>

**SOBRE O ORGANIZADOR..... 104**

**ÍNDICE REMISSIVO..... 105**

## POLÍTICA ECONÔMICA DO GOVERNO SARNEY: O PLANO CRUZADO E AS ELEIÇÕES DE 1986

*Data de aceite: 04/07/2022*

### **João Marcos Poyer Melo**

Graduando em Relações Internacionais pela  
Universidade Federal de Uberlândia  
<http://lattes.cnpq.br/0760728526176744>

### **Lucas de Moraes Ramos**

Graduando em Relações Internacionais pela  
Universidade Federal de Uberlândia  
<http://lattes.cnpq.br/1946730177059869>

### **Paulo Victor de Souza Guimarães**

Graduando em Relações Internacionais pela  
Universidade Federal de Uberlândia  
<http://lattes.cnpq.br/5595124335505356>

**RESUMO:** Trata-se de um estudo descritivo que busca evidenciar os ganhos políticos que o MDB obteve com o Plano Cruzado e como esses ganhos políticos se converteram, não somente em cadeiras no executivo e no legislativo na eleição de 1986, mas também na união partidária em torno do presidente. Para tanto, o texto foi dividido em três seções. Na primeira, buscou expor de forma lógica qual era o panorama imediatamente anterior à implementação do plano cruzado, tanto em termos econômicos quanto em termos políticos; a segunda, por sua vez, apresenta o panorama inicial de implementação do plano, abordando quais foram as medidas de ajuste implementadas, utilizando-se de indicadores para evidenciar que, enquanto economicamente o plano foi um fracasso, politicamente foi um sucesso. A terceira, por sua vez, busca demonstrar como os ganhos políticos,

elencados na sessão anterior, principalmente não só em termos de popularidade – mas também em termos de coerção dentro do partido -, advindos do sucesso inicial de implementação do Plano Cruzado, foram traduzidos em assentos nas duas casas legislativas nacionais e nos executivos estaduais. Por fim, indica-se que, para atingir o objetivo de evidenciar os ganhos obtidos pelo MDB de Sarney na eleição de 1986, a metodologia adotada consistiu em análise exploratória e revisão bibliográfica de artigos e livros, assim como compilação e classificação de dados relativos aos processos eleitorais, buscando compreender os elementos qualitativos e quantitativos em outros estudos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Governo Sarney; Plano Cruzado; Eleição de 1986.

**ABSTRACT:** This is a descriptive study that seeks to highlight the political gains that the MDB obtained with the Cruzado Plan and how these political gains were converted, not only into executive and legislative seats in the 1986 election, but also into party union. around the president. To this end, the text was divided into three sections. In the first, it sought to logically expose the scenario immediately prior to the implementation of the Cruzado plan, both in economic and political terms; the second, in turn, presents the initial overview of the plan's implementation, addressing the adjustment measures implemented, using indicators to show that, while the plan was a failure economically, politically it was a success. The third, in turn, seeks to demonstrate how the political gains, listed in the previous section, mainly not only in terms of

popularity - but also in terms of coercion within the party -, arising from the initial success of the Cruzado Plan implementation, were translated in seats in both national legislative houses and state executives. Finally, it is indicated that, in order to achieve the objective of highlighting the gains obtained by Sarney's MDB in the 1986 election, the methodology adopted consisted of exploratory analysis and bibliographic review of articles and books, as well as the compilation and classification of data related to the electoral processes, seeking to understand the qualitative and quantitative elements in other studies.

**KEYWORDS:** Sarney Government; Cruzado Plane; 1986 Election.

## 1 | INTRODUÇÃO

A eleição de 1986, além de ter sido o primeiro pleito democrático após as duas décadas de governo militar, também foi a eleição que elegeu os deputados e senadores constituintes que, em 1988, escreveram a Constituição Cidadã, evidenciando sua absoluta importância para a história da nova república brasileira. A eleição foi majoritariamente vencida pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB) (22 dos 23 governadores, 38 dos 49 senadores e 260 dos 487 deputados eleitos), partido que havia feito, em todo o período ditatorial, oposição ao governo. Mesmo assim, o embate ao regime não foi o maior ágio que os emedebistas tiveram para eleições, o maior ágio foi, argumenta o artigo, o Plano Cruzado.

O MDB recebeu para candidato a vice-presidente o senador ex-integrante e presidente da Aliança Nacional Renovadora (ARENA) e, na época, ex-presidente do Partido Democrático Social (PDS), herdeiro político da ARENA, José Sarney. A aproximação entre o MDB e Sarney ocorreu para dar mais corpo à candidatura de Tancredo Neves, que necessitava do apoio da chamada Frente Liberal, um apanhado de deputados contrários à candidatura de Paulo Maluf à presidência, sendo Sarney o líder desse grupo.

A chapa Tancredo/Sarney foi eleita sem muitas dificuldades, porém, antes de tomar posse, Tancredo morre de septicemia. A morte de Tancredo abalou o partido e toda a estrutura montada para a presidência foi posta em xeque, visto que havia sido conformada sob a regência e aval de Tancredo, mas seria governada por Sarney. Havia muita desconfiança em relação à figura de Sarney, principalmente entre os caciques do MDB, que visualizavam em sua figura não mais do que um apoio que serviria para alavancar a figura de Tancredo.

O primeiro ano de Sarney no governo foi de muito atrito e uma evidente dificuldade do presidente em governar. A conformação ministerial não se direcionava ao presidente e sim a Ulysses Guimarães, o que acabava minando a capacidade do presidente em impor suas considerações políticas. A indiferença em relação ao presidente somente mudou quando da primeira reforma ministerial, ocorrida em fevereiro de 1986, um mês antes de entrar em vigor o Plano Cruzado. Por meio da reforma, o presidente substituiu o Ministro da Fazenda, na época, o conservador Francisco Dornelles por Dilson Funaro, que começou a idealizar uma reforma econômica para, principalmente, combater a inflação que corroía o

poder de compra da população.

A reforma foi levada a cabo pela equipe de governo e os resultados colhidos pelo governo foram muito mais políticos do que econômicos, ou seja, a reforma foi o que garantiu a governabilidade para Sarney assim como a complacência de seu partido, pelo menos num primeiro momento. Este texto busca, em meio a análise dos acontecimentos entre os anos de 1985, ano de eleição da chapa Tancredo/Sarney, e o sufrágio de 1986, evidenciar os ganhos políticos que o MDB obteve com o Plano Cruzado e como esses ganhos políticos se converteram em governabilidade para o presidente e em cadeiras no executivo e no legislativo na eleição de 1986, portanto, compreender como uma reforma econômica multiplicou as forças de um partido que estava dividido após a morte de uma de suas principais lideranças.

## **2 | PRIMEIRA SEÇÃO**

A primeira sessão deste texto, conforme delineado, buscará expor de forma concatenada qual era o panorama imediatamente anterior à implementação do plano cruzado, tanto em termos econômicos quanto em termos políticos e contextualizar a transição de poder entre o regime militar e o regime civil, evidenciando as dificuldades enfrentadas pelo presidente Sarney, principalmente em relação às tratativas partidárias imediatamente após a eleição. A sessão ainda se prestará a evidenciar o debate relativo acerca das causas da inflação assim como o método de combate levado a cabo.

### **2.1 Panorama político e econômico do ano de 1985 e 1986**

O panorama político, quando da implementação do Plano, é o primeiro governo civil eleito— mesmo que indiretamente —, que começou no dia 15 de março de 1985, após 21 anos de um regime militar. O período imediatamente após a eleição, que elegeu Tancredo Neves como presidente e José Sarney como vice, foi extremamente traumático visto que o presidente eleito não chegou a tomar posse, pois foi a óbito devido a uma diverticulite, mas que em realidade era um leiomioma, um tumor benigno.

Como visto, ao contrário de Tancredo, que sempre esteve ligado ao MDB, partido que fazia leve oposição à ditadura, José Sarney, por sua vez, esteve, desde o ano de 1962, ano em que se elegeu Governador do Maranhão, ligado à ARENA, partido considerado base aliada ao governo militar. Com o fim do AI-2, no ano de 1979, Sarney, senador da República (cargo que exercia por não ter conseguido o apoio do governo militar para se tornar governador do Estado do Maranhão), tornou-se presidente do PDS, partido herdeiro político direto da ARENA.

No ano de 1984, em meio as articulações inerentes à redemocratização, Sarney deixou o PDS e ingressou no MDB (partido ao qual é filiado até hoje). Um ano após ter entrado no partido, ano de 1985, o Colégio Eleitoral reuniu-se e elegeu a chapa Tancredo

Neves e José Sarney, por 480 votos contra 180 de Paulo Maluf e Flávio Marcílio. Quando Sarney assumiu a presidência, ele já estava na vida política há mais de 30 anos, tendo começado em 1954, quando, aos 24 anos, concorreu a deputado pelo PSD, passando pelos cargos de Deputado (1958 – 1962), pela UDN (União Democrática Nacional), Governador (1962 – 1970) pela ARENA e Senador (1970 – 1985), em um primeiro momento pela ARENA e depois pelo PDS, ou seja, trata-se de um político experimentado que percorreu em sua trajetória três momentos políticos distintos: o democrático de 1945 até 1964, o ditatorial de 1964 até 1985 e, por fim, a Nova República, que se inicia com sua presidência em 1985.

Embora Sarney tivesse muita experiência política, até a implementação do Plano Cruzado e o explodir de sua popularidade, seu governo foi bastante turbulento, visto que as alianças em termos de governabilidade haviam sido alinhavadas pelo falecido Tancredo (e políticos próximos, como Ulysses). Sarney, nas palavras de Luiz Guttemberg atuava como um governante informal, visto que quem realmente mandava era Ulysses Guimarães (FERREIRA; DELGADO, 2018).

Sarney começou a governar como presidente interino. Nessa situação, provisória e carente de legitimidade, Ulysses Guimarães tornou-se o regente da República. Nas palavras de Luiz Guttemberg, ele atuava como chefe de governo informal. 'Naqueles primeiros momentos, tudo era ditado a Sarney pelo presidente do PMDB, das primeiras nomeações às providências de instalação da Nova República' (FERREIRA; DELGADO, 2018).

A conformação ministerial foi herdada por Sarney de Tancredo e tinha muitos aspectos discordantes, como, por exemplo, muitas reuniões ministeriais não eram conduzidas pelo presidente e sim por Ulysses, em uma espécie de desafio da autoridade presidencial. Essa condição aberrante seguiu até janeiro de 1986, quando Sarney realizou sua primeira reforma ministerial, conformando um ministério em preparação da reforma econômica, quando substituiu na Fazenda o conservador Francisco Dornelles por Dilson Funaro. Na avaliação de FHC: “tudo foi invertido. Hoje, quem é apêndice do núcleo de decisões é o PMDB. Quem manda hoje é a ala moderada do Exército com a ala liberal do antigo regime e um grupo de amigos do presidente” (FERREIRA; DELGADO, 2018, p.48).

FHC afirmava ainda que “Sarney apenas assinava. E afigurava-se a uma figura decorativa. Segundo Guttemberg, (1994, pp. 226-227) ‘Ulysses reunia-se com o ministério, tomava decisões e depois comunicava ao presidente da República. Sarney ficava irritado, mas obedecia’ (Guttemberg, 1994, pp. 226-227).

Em termos econômicos, quando José Sarney assumiu a presidência, a economia estava em um momento de restauração. O PIB havia-se recuperado, em vista dos três últimos anos ruins, sendo dois de recessão (1981 e 1983). O Déficit Fiscal havia sido remediado, com o Brasil apresentando uma balança comercial superavitária no ano de 1984, quatro anos depois de ter apresentado um déficit de US\$ 2.8 bilhões (1981). Além disso, a situação fiscal estava melhorando ano após ano, com a redução do déficit

operacional de 6,3% do PIB, em 1981, para 3,0 % do PIB, 1984 – apesar de ter piorado após 1985 (MACARINI, 2009).

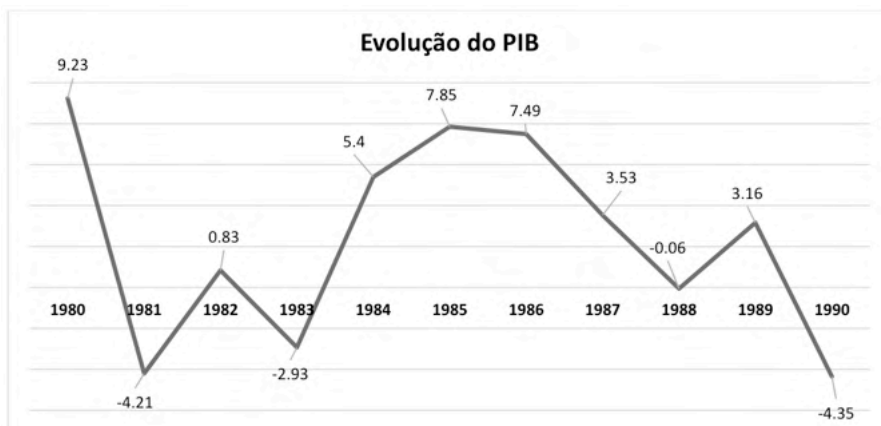


Gráfico 1 – Evolução do PIB entre 1980 e 1990

Fonte: Gazeta do Povo (2021)

Embora muitos indicadores fossem favoráveis, alguns causavam preocupação, como a dívida externa do setor público, que subiu de 14.9% do PIB para 33.2% e a diminuição da base monetária, de 3.0% do PIB para 1.9% pressionava a inflação em vista de recolher a mesma quantidade de impostos. Além disso, durante o biênio 1983-84, o governo promoveu um ajuste fiscal tendo como base a queda dos salários e o rateio do investimento público assim como um pacote fiscal que objetivava eliminar o déficit operacional. Conforme citado anteriormente, o déficit operacional caiu entre os anos 1983 e 1984, mas voltou a subir em 1985 (MACARINI, 2009).

Mesmo com os fatores indesejados, o que mais chamava atenção dos economistas era a situação relativa à inflação, que se apresentava constante, haja vista que os índices, entre 1980, e 1985, mantinham certa inércia – somente dobrando em 1983 pelo o choque cambial advindo da maxidesvalorização. Com isso, os economistas passaram a discutir as causas possíveis para a persistência da inflação e chegou a quatro propostas: a primeira delas chamada (1) “Pacto Social”, proposta por especialistas da UNICAMP; a segunda ficou conhecida como (2) “Choque Ortodoxo”, defendida por economistas ligados a Fundação Getúlio Vargas (FGV); a terceira, relativa ao (3) “Choque Heterodoxo”, proposta por Francisco Lopes, economista da PUC-Rio e, por fim (4) “Reforma Monetária”, idealizada por André Lara Rezende e Pérsio Arida, ambos da PUC-Rio (GIAMBIAGI, VILLELA, 2016).



Gráfico 2 – Evolução da Inflação entre 1980 e 1990

Fonte: Worldwide Inflation Data (2022)

A primeira foi chamada de “Pacto Social”, proposta por emedebistas da UNICAMP como Maria da Conceição Tavares, João Manuel Cardoso de Melo entre outros, argumentando que a inflação advinha de um chamado “conflito distributivo” resultava da disputa entre diversos setores da sociedade em vista de abocanhar uma fatia maior da renda nacional, sendo as fatias requisitadas incompatíveis com a renda agregada de toda a economia, gerando, com isso, um esforço inflacionário. A solução proposta pelos economistas advinha do jogo democrático que reuniria os diversos setores em prol de um governo formado pela coalisão de forças (GIAMBIAGI, VILLELA, 2016).

A segunda entre as propostas era a defendida por economistas ligados à FGV, tendo base na teoria quantitativa da moeda, ou seja, não existia nada de “jabuticaba” na inflação brasileira. E não mais que fruto da excessiva expansão monetária empreendida pelo governo em vista de financiar o déficit. Os economistas argumentavam que as reformas empreendidas na primeira metade da década de 1980, instrumentalizadas pelo FMI, tinham cunho monetarista e não deram certo pela forma incompleta como elas foram empreendidas. Fazia-se necessário, para que a inflação fosse freada mediante “Choque Ortodoxo”, ou seja, medidas mais duras como: “severos cortes de gastos, aumento de receitas e tributos e corte brusco da emissão de moeda e de títulos da dívida tudo isso atrelado a uma desindexação da economia e a liberalização total de seus preços” (GIAMBIAGI, VILLELA, 2016).

As duas últimas propostas, tanto a orientada por Francisco Lopes, quanto a de “Larida” baseavam-se em estudos econométricos que indicavam uma espécie de feedback positivo como a principal causa da inflação do ponto de vista estatístico – o que condiz absolutamente com a tipologia inercial de inflação. Além disso, os estudos evidenciaram que “a influência sobre a inflação de variações no hiato do produto”, que é um componente



da “Curva de Phillips” da inflação era pequena, havendo, “um hiato de produto de cerca de 15% [que] reduziria a inflação em apenas 4% ou 6% ao ano”, uma quantia desprezível frente à dimensão da inflação na época. A relevância do déficit público na contabilização da inflação também foi objeto de estudo por parte dos economistas, embora se constituindo num dos fatores mais importantes para a teoria monetarista, mostrou-se pouco relevante frente à dimensão da inflação brasileira, até porque o endividamento atingia apenas 3% do PIB, quantidade semelhante e mesmo menor do que a apresentada por países que tinham níveis inflacionários menores do que os apresentados pelo Brasil (GIAMBIAGI, VILLELA, 2016).

O que diferiu da hipótese dos dois planos foi a forma pela qual a inflação deveria ser combatida, ou seja, Francisco Lopes acreditava que a inflação poderia ser abatida mediante um congelamento de preços, já Pérsio Arida e André Lara Resende acreditavam que o congelamento geraria uma série de distorções, além de evitar o mecanismo de autorregulação dos mercados, propondo, então, desindexar a economia em prol de uma moeda que circularia em concomitância com a moeda preponderante na economia. A ideia de Francisco Lopes foi predominante na estratégia adotada pelo Governo Sarney no Cruzado (GIAMBIAGI, VILLELA, 2016).

Destaca-se, por fim, que as quatro hipóteses foram formuladas de acordo com as duas grandes correntes econômicas que explicam a inflação, a corrente Keynesiana e a Monetarista. A visão Keynesiana, mais tradicional, está ligada à inflação de custo e associa-se ao excesso de gasto público que pressiona o mercado dos fatores de produção, ou seja, mão de obra e equipamentos. Para os keynesianos, não é o déficit público em si que causa a inflação, mas está relacionado a ele, visto que o excesso de gasto pode gerar um aumento excessivo de demanda agregada o que gera uma pressão no mercado de insumos, aumentando os fatores de produção que, por sua vez, geram a inflação (GREMAUD, VASCONCELLOS, 2009).

A visão monetarista, também chamada teoria quantitativa da moeda, por sua vez, interpreta a ocorrência de processos inflacionários como uma perturbação na igualdade entre os meios de pagamento e os valores da produção real, representada pela seguinte equação:  $MV=PQ$ . Os monetaristas argumentam que o déficit público causa inflação visto que ocorre um aumento de “M”, que, em vista de não haver um aumento do volume de transações (V), ignorando, na mesma medida, a possibilidade de importações (Q), geraria um aumento nos preços (P). Em síntese, o aumento do déficit público gera uma expansão monetária que leva à inflação (GREMAUD, VASCONCELLOS, 2009).

### **3 | SEGUNDA SESSÃO**

A segunda sessão, por sua vez, expõe todo o panorama inicial de implementação do plano, abordando quais foram as medidas de ajuste implementadas, utilizando-se de

indicadores para deixar claro que economicamente o plano foi um fracasso. Em relação a questões políticas, a sessão evidencia os ganhos que o presidente teve com a morosidade do plano que, esquematizado para durar três meses, acabou durando quase nove meses e isso transformou sua imagem dentro do partido culminando na eleição de 1986.

### 3.1 Da euforia ao fracasso

O Plano Cruzado, instrumentalizado para gerar um controle da inflação e implementado pelo Ministro da Fazenda, Dílson Funaro – que substituiu Francisco Dornelles, em agosto de 1985 – levou a cabo a proposta do economista Francisco Lopes de que seria necessário, para extinguir a inflação, um “Choque Heterodoxo”. O Plano foi apresentado ao público no dia 28 de fevereiro de 1986 e quatro grandes grupos de medidas foram implementadas: Reforma Monetária e Congelamento, Desindexação da Economia, Índice de Preços e Cadernetas de Poupança, além da adoção de uma nova Política Salarial (GIAMBIAGI, VILLELA, 2016; MACARINI, 2009).

Por meio da reforma monetária, o Cruzado foi implementado em detrimento do Cruzeiro, com paridade de Cr\$1.000 = Cz\$1; além disso, todos os preços seriam congelados com o preço do dia e a taxa de câmbio com a cotação do dia anterior. A mudança da moeda buscava dar uma nova significância ao plano que se encaminhava, que surgia com uma moeda forte, em relação ao congelamento de preços, fazia parte da proposta heterodoxa de conter a inflação inercial e seria controlado pela “Tabela da Sunab” (Superintendência Nacional de Abastecimento e Preços), cuja fiscalização ficaria a cargo da população, ou seja, dos “fiscal do presidente” (GIAMBIAGI, VILLELA, 2016; MACARINI, 2009).

Outro ponto a ser combatido pelo plano seriam as formas de indexação da economia. A principal delas as ORTNs, ou seja, Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional, uma forma de indexação oficial, em vigor desde 1964, e que garantia ao detentor da Obrigação uma correção monetária evitando possíveis depreciações causadas pela inflação. As ORTNs abolidas em detrimento das OTNs, ou seja, Obrigações do Tesouro Nacional, que “nasciam” congeladas por um ano (GIAMBIAGI, VILLELA, 2016; MACARINI, 2009).

O IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) passou a ser denominado IPC (Índice de Preços ao Consumidor) com objetivo de evitar que o índice de inflação do mês de fevereiro, de 14,36%, contaminasse a inflação de março. Além disso, as cadernetas de poupança, que antes demonstravam rendimentos mensalmente, passaram a render a cada três meses, da mesma maneira com objetivo de eliminar a ideia corrente de indexação da economia (GIAMBIAGI, VILLELA, 2016; MACARINI, 2009).

Por fim, em termos da política salarial, os salários em Cruzado foram recalculados, valores correntes, pela média salarial dos seis meses anteriores ao plano acrescidos em 16% ao Salário-mínimo e 8% em relação aos assalariados em geral e oficialmente congelados – embora, por meio de negociação, pudessem ser acrescidos. Além disso criou-se um gatilho salarial para que, se a inflação acumulada chegasse a 20%, houvesse

um reajuste de preços (GIAMBIAGI, VILLELA, 2016; MACARINI, 2009).

O Plano, como argumenta Giambiagi (2005), teve um “sucesso inicial [...] estrondoso”, conseguindo reduzir a inflação, nos meses imediatamente após a implementação a quase zero (vide Gráfico 3). A oposição ao Plano, fundamentalmente por movimentos de esquerda, como as principais centrais sindicais, foi esvaziada. Até mesmo a conceituada economista Maria da Conceição Tavares, professora da UNICAMP e uma das responsáveis pela proposta do “Pacto Social” foi à televisão elogiar o plano. A imagem do presidente perante a nação somente fez melhorar (FERREIRA; DELGADO, 2018, p.23).

O Plano Cruzado foi um sucesso para o governo, repercutindo com grande satisfação popular. A inflação desabou, enquanto aumentaram o crédito, o consumo e o emprego. O desemprego, que naquele momento era de 10,5%, logo caiu para 2,5%. Em janeiro, a inflação foi de 14,98%, enquanto a de abril foi de 0,58%. Em todas as áreas e em todos os índices o Plano Cruzado apontava para o sucesso. Os trabalhadores deixaram de perder com a inflação diária e ganharam com o aumento do salário mínimo e o abono salarial. Com maior poder de compra e crédito, o consumo aumentou (FERREIRA; DELGADO, 2018, p.23).



Gráfico 3 – Evolução da Inflação no ano de 1986

Fonte: Worldwide Inflation Data (2022)

“Sarney, por sua vez, estava inebriado com tamanha popularidade”, foi o que escreveu Ferreira (2018) sobre o aumento da aceitação da população da presidência. Após o Plano Cruzado, não era incomum que pessoas, não em nome da “nação” ou do “povo”, mas em nome do presidente Sarney saíssem às ruas para fiscalizar se os comerciantes estavam respeitando a tabela da SUNAB. Aproximadamente seis mil lojas foram autuadas no primeiro mês em que o plano estava valendo.

O sucesso do plano de modo algum inebriou Sarney, que, como bom fisiologista,

compreendeu que o estrondoso aumento de popularidade poderia ser traduzido em benfeitorias políticas, não somente para si, mas também para seu partido mesmo que, muitas vezes, desrespeitasse seus anseios (vale recordar que Sarney foi, por grande parte dos primeiros 20 anos do nascimento do MDB, político de oposição e muitos dos grandes nomes do partido, como Ulysses Guimarães, Orestes Quécia e outros, eram oposição às suas ações). Ou seja, o aumento de popularidade servia, também, como um instrumento de coerção do presidente para qualquer tentativa de desrespeito à sua autoridade. Convém recordar que a eleição de 1986 não seria uma eleição convencional. Ela elegeria a constituinte, ou seja, os deputados eleitos, além das atribuições ordinárias do cargo, ainda escreveriam a nova Constituição.

Sarney passou a postergar ao máximo as medidas que legitimavam sua presidência, que lhe davam popularidade, mesmo aquém do que era indicado pela equipe econômica, que pensava em suspender o congelamento, conforme declarou posteriormente o Ministro da Fazenda, em “no máximo, noventa dias, período em que faria desaparecer a inflação inercial”. Com a insistência no congelamento sem efetuar as reformas necessárias, surfando na popularidade, o Plano Cruzado começou “a fazer água” (GIAMBIAGI, VILLELA, 2016).

A população, extremamente otimista em relação ao desaparecimento da inflação, ao efeito riqueza, (devido ao aumento real de renda - abono salarial) e ao crescimento de 20% nos postos de trabalho, fez o consumo crescer em níveis superiores a 20% a.a. em algumas capitais. Esse crescimento da demanda, atrelado ao imobilismo da oferta a curto prazo, visto que a capacidade ociosa da economia estava reduzida, pois vinha de um contexto de crescimento mesmo antes da implementação do plano cruzado, (vide Gráfico 1), fez com que muitos produtos somente fossem plausíveis de comercialização com ágio ou caso contrário, deixariam de ser comercializados (GIAMBIAGI, VILLELA, 2016).

A combinação demanda excitada/expansão de capacidade limitada levaria a um cenário indesejado, que originalmente imaginou-se possível contornar. Práticas variadas, típicas de uma situação de dificuldades de abastecimento sob preços congelados, tenderam a crescer ganhando a partir de agosto/setembro uma dimensão suficiente para embasar um sentimento cada vez mais difundido de “ágio generalizado”. Por exemplo: a falta de carne bovina induziu a substituição por consumo de frango, provocando filas; a falta de componentes (reação aos preços “defasados”) levou à falta de marcas e modelos de TVs, geladeiras, ou a fila de espera para automóveis novos (os fabricantes de pneus, em particular, julgavam incorreto o preço tabelado); o consumo de leite, subsidiado pela política econômica, levou à falta de leite em pó e do tipo C (o mais barato); ágio (sobrepço) atingindo diferentes produtos (ovos, tijolo, ferro-gusa, etc.) ou na forma disfarçada de adulteração de peso (apenas um exemplo: alumínio, com casos registrados em que o industrial pagava 1 tonelada e recebia 800 quilos); difusão da “maquiagem” de produtos, de forma a configurar o produto como “novo” e assim escapar do congelamento/tabelamento (uma pesquisa do Procon detectou 100 casos) (MACARINI, 2009).

Além dos problemas internos, relacionados à comercialização com ágio, ou mesmo

a falta de produtos, assim como questões fiscais relacionadas à redução da arrecadação pública, devido ao congelamento das tarifas, um problema externo também se evidenciava. No ano de 1986, houve uma redução das exportações e um aumento das importações, como evidencia o gráfico, diminuindo o saldo da balança, embora este sempre tenha sido positivo (MACARINI, 2009).

Com isso, pode-se indicar que, em termos econômicos, o plano foi um fracasso, visto que a maioria dos indicadores teve recuo em relação ao período anterior ao plano, sem falar que o principal objetivo do plano era conter a inflação e isso não ocorreu. A situação até mesmo piorou (Gráfico 2 e 3). O crescimento do PIB passou de 7,49% no ano de 1986 para -0,06 no ano de 1988. Além da diminuição do PIB, houve também a diminuição da arrecadação do governo, principalmente devido ao congelamento das tarifas públicas e também pelo fim da senhoriagem. Outro indicador que mostrou queda foi o da Balança Comercial que, devido a diminuição das exportações para manter à demanda do mercado interno, amargou uma redução de 36.56% em seu saldo comercial (MACARINI, 2009).

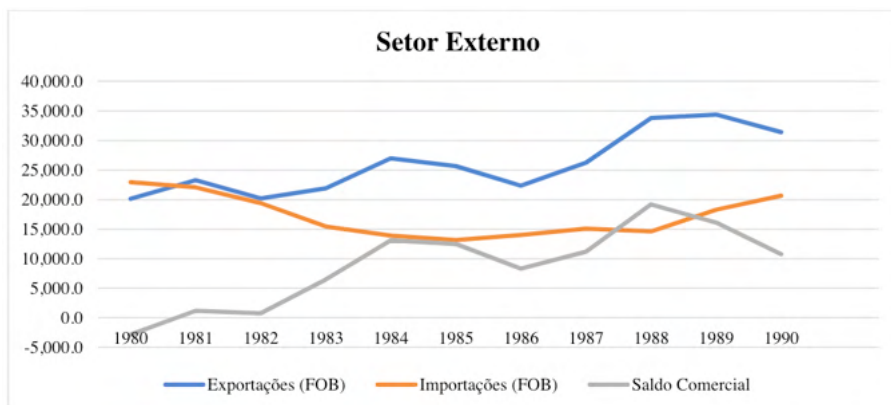


Gráfico 3 – Evolução do Setor Externo

Fonte: Banco Central (2022)

Por fim, o último, mais expressivo e melhor indicador para evidenciar o fracasso é a inflação que, ao término de 1984 estava em 65%, um valor extremamente elevado em termos atuais (para comparação, a inflação de 2020 foi de 4,52, enquanto a de 2021 foi de 10,05), isto é, menor do que a de 1985, que foi de 235,1% e infinitamente menor do que a de 1989, que subiu a 1.782,9%, conforme Gráfico 2. A aceleração inflacionária após a falência do Plano Cruzado será melhor compreendida na próxima sessão, assim como os ganhos políticos que Sarney e seus aliados tiveram após o Plano (MACARINI, 2009).

## 4 | TERCEIRA SESSÃO

A terceira sessão do texto busca evidenciar como os ganhos políticos, elencados na sessão anterior, principalmente em termos de popularidade – mas também em termos de coerção dentro do partido -, advindos do sucesso inicial de implementação do Plano Cruzado, foram traduzidos em assentos nas duas casas legislativas nacionais e nos executivos estaduais.

### 4.2 O MDB nas eleições de 1986

O congelamento dos preços, planejado para durar três meses, permaneceu quase nove meses, até o Plano Cruzado ser substituído pelo Cruzado II, lançado no dia 21 novembro de 1986, seis dias após a Eleição Geral de 1986, ocorrida em 15 de novembro de 1986 (evidenciando o caráter político que tomou o plano, após o estrondoso sucesso). A remarcação dos preços, planejada para ocorrer de modo gradual, aconteceu de forma súbita. Imediatamente após a remarcação veio a inflação e, para melhor compreender o que ocorreu, evidencia-se que, durante toda a vigência do plano, ou seja, de março a novembro, a inflação acumulada foi de 17.37%, sendo de 11.65% a inflação do mês de dezembro, primeiro mês após a liberação dos preços.



Gráfico 4 – Evolução no número de Governadores nas eleições de 1982,1986 e 1990

Fonte: TSE (2022)

O Cruzado II, por sua vez, desenhado para elevar a arrecadação em 4%, visando conter a elevação do déficit público contemplava uma série de aumentos de tarifas antes congeladas, assim como um aumento de impostos em produtos, para limitar os repasses em cadeia. Houve a elevação da taxa geral de juros com reintrodução de mecanismos de indexação, tendo em vista tirar dinheiro de circulação, contendo a demanda agregada para incitar a compra de títulos públicos a fim de financiar a dívida. Todas essas mudanças

fizeram ativar o gatilho salarial.

O fracasso econômico não foi transmitido para o meio político, pelo menos no ano de 1986, visto que o partido do governante, o MDB, teve absoluto sucesso na eleição geral desse ano: dos 23 estados da federação, 22 tiveram governadores do MDB eleitos (a exceção foi Sergipe, que elegeu Antônio Carlos Valadares, do PFL). Em termos de comparação, o Gráfico 4, abaixo, expõe o número de governadores filiados ao MDB em três eleições, uma delas imediatamente posterior ao Plano Cruzado, a de 1986 além de uma anterior (1982) e outra posterior (1990).

Além do número de Governadores do MDB ter sido absolutamente expressivo na eleição de 1986, o número de Senadores também foi, pois os emedebistas ocuparam, no ano de 1986, 78% dos assentos, ou seja, foram eleitos 38 senadores do MDB para 49 vagas. Em termos de comparação, na eleição de 1982, os emedebistas haviam eleito 9 senadores de um total de 25, ou seja, 36%; já no ano de 1990, quatro anos após o Plano Cruzado, apenas 8 senadores foram eleitos num total de 31, ou seja, 25,8%.



Gráfico 4 – Evolução no número de Deputados do MDB nas eleições de 1982, 1986 e 1990

Fonte: TSE (2022)

A quantidade de deputados emedebistas eleitos também foi expressiva no ano de 1986. E perfaziam cerca de 53% do total dos deputados, enquanto na eleição imediatamente anterior, no ano de 1982, compunham aproximadamente 42% e, na eleição de 1990, apenas 22%. Uma diminuição ainda mais incisiva do que a ocorrida entre Governadores e Senadores (TSE, 2022).

Os resultados em favor do MDB foram absolutos em quase todas as eleições disputadas em 1986, principalmente em virtude da reforma econômica empreendida. Os emedebistas, não por estarem inebriados, mas por cálculo político, decidiram postergar a duração do plano, pois, na compreensão popular, o congelamento dos preços era uma

atividade fim e não meio, assim, qualquer alteração no congelamento seria interpretada pela população (os eleitores) como um fracasso do plano, ocasionando perda de popularidade do governante portanto, do partido.

## 5 | CONCLUSÃO

Após tomar nota de todos os acontecimentos ocorridos, referentes à eleição da chapa Tancredo/Sarney, da morte do presidente, a ascensão do vice, que era político mal visto pelos integrantes do MDB e por diversos setores da sociedade (principalmente devido a sua convivência com o regime ditatorial), pode-se ratificar que o absoluto sucesso inicial do Plano Cruzado foi o grande feito do período responsável por orquestrar a aproximação do presidente com o partido (e estabelecer o devido respeito com sua figura presidencial), tornando as pessoas no seu entorno, em especial os partidários, de certa maneira, corresponsáveis pelo fim do dragão da inflação, o que serviu de justificativa para a população eleger emedebistas para o parlamento nacional e para o executivo estadual. Os resultados excepcionais atingidos na eleição, são decorrentes disso e não de um sincero anseio democrático ou de uma espécie de pagamento pelo empenho do MDB em defender a população durante o período de exceção, clamando pela volta dos princípios democráticos.

A inflação simplesmente desapareceu de um mês para outro e os preços ficaram inertes por nove meses, fenômeno que foi interpretado pela população como o fim da inflação. Ao contrário do que aparentava, o congelamento dos preços sem reformas mais profundas não resolvia o problema da economia, mas dava à população a ilusão de que o problema estava resolvido, fazendo com que agissem como se tudo estivesse normal. O que movimentava a economia e melhorava os indicadores ocorria somente na aparência. Assim, após seu sucesso inicial, tomou uma roupagem não mais econômica e sim, política.

A roupagem política do plano foi o que garantiu a hegemonia do MDB na eleição de 1986, gerando uma união do partido em torno de Sarney, garantindo que o partido gerisse a confecção da Constituição de 1988, que valoriza os ideais democráticos, defendidos por duas décadas pelas duas décadas anteriores pelos emedebistas. A utilização política, por outro lado, agravou os problemas econômicos, fazendo a inflação explodir, aumentando o endividamento do Estado, desestabilizando a balança de comercial e de pagamentos, fazendo a década de 1980 ser chamada de década perdida em termos econômicos.

## REFERÊNCIAS

BACEN. **Estatísticas do setor externo**. 2022. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estatisticas/estatisticassetorexterno>. Acesso em: 23 abr. 2022.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). **O tempo da Nova República: da transição democrática à crise política de 2016**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. 500 p.



GIAMBIAGI, F.; VILLELA, A. **Economia brasileira contemporânea (1945-2015)**. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.

GREMAUD, P. A.; VASCONCELLOS, M. A. S.; TONETO JUNIOR, R. **Economia brasileira contemporânea**. São Paulo: Atlas, 2009.

INFLATION, Worldwide Data. **Inflação histórica Brasil**. 2022. Disponível em: <https://www.inflation.eu/pt/taxas-de-inflacao/brasil/inflacao-historica/ipc-inflacao-brasil.aspx>. Acesso em: 23 abr. 2022.

INFLATION. **Inflação na Brasil em 1996**. 2022. Disponível em: <https://www.inflation.eu/pt/taxas-de-inflacao/brasil/inflacao-historica/ipc-inflacao-brasil-1996.aspx>. Acesso em: 23 abr. 2022.

MACARINI, José Pedro. A política econômica do Governo Sarney: os planos cruzado (1986) e bresser (1987). **le/Unicamp**, Campinas, v. 1, n. 157, p. 1-69, mar. 2009.

MANKIW, Gregory. **Macroeconomia**. 8. ed. Rio de Janeiro: Ltc, 2015. 792 p.

**PIB DO BRASIL: histórico e evolução em gráficos**. Gazeta do Povo, 03 mar. 2021. Disponível em: <https://infograficos.gazetadopovo.com.br/economia/pib-do-brasil/>. Acesso em: 23 abr. 2022.

TSE. **Eleições Gerais de 1986**: Deputado Federal. 2022. Disponível em: [https://sig.tse.jus.br/ords/dwtse/f?p=1945:2:::NO:RP:P0\\_HID\\_MOSTRA:S](https://sig.tse.jus.br/ords/dwtse/f?p=1945:2:::NO:RP:P0_HID_MOSTRA:S). Acesso em: 23 abr. 2022.

TSE. **Eleições Gerais de 1986**: Governadores. 2022.. Disponível em: [https://sig.tse.jus.br/ords/dwtse/f?p=1945:2:::NO:RP:P0\\_HID\\_MOSTRA:S](https://sig.tse.jus.br/ords/dwtse/f?p=1945:2:::NO:RP:P0_HID_MOSTRA:S). Acesso em: 23 abr. 2022.

TSE. **Eleições Gerais de 1986**: Senadores. 2022. Disponível em: [https://sig.tse.jus.br/ords/dwtse/f?p=1945:2:::NO:RP:P0\\_HID\\_MOSTRA:S](https://sig.tse.jus.br/ords/dwtse/f?p=1945:2:::NO:RP:P0_HID_MOSTRA:S). Acesso em: 23 abr. 2022.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Acumulação 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 29, 34, 57

Administração 13, 15, 20, 22, 92, 104

### B

Brasil 2, 6, 12, 13, 16, 21, 22, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 31, 34, 35, 39, 42, 50, 52, 53, 55, 58, 59, 60, 62, 63, 64, 84, 85, 86, 92

### C

Campos e lagos 81, 82, 87, 88, 89, 90, 91, 92

Capital 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 10, 11, 35, 56, 57, 58, 59, 89

Capitalismo 1, 2, 3, 4, 7, 8, 9, 10, 11, 58, 87

Choque heterodoxo 40, 43

Choque ortodoxo 40, 41

CLT 62, 63, 64, 65, 68, 69

Conflitos 1, 3, 32, 53

Constituição Federal 17, 26, 27, 28, 51, 52, 53, 60

Contratação 61, 64, 67, 69

Controvérsias 1, 3

Convivência 13, 24, 25, 26, 31, 32, 33

Coronavírus 12, 13, 18, 24, 25, 30, 31, 32

Covid-19 12, 13, 18, 19, 20, 21, 24, 25, 28, 30, 31, 32, 33

Crise 3, 12, 13, 14, 17, 18, 19, 30, 49, 56, 57, 58, 59, 83

### D

Desemprego 6, 13, 31, 44, 57, 66, 79

Desenvolvimento rural 82, 84, 87, 88, 90, 92

Desenvolvimento territorial 81, 82, 83, 87, 89, 90, 92

Destruição criativa 1, 4, 5, 9

Direitos trabalhistas 61, 62, 64, 65, 66

### E

Economia 1, 2, 4, 6, 8, 9, 10, 12, 19, 39, 41, 42, 43, 45, 49, 50, 58, 79, 92, 104

Eleições 36, 37, 47, 48, 50

Empreendedorismo 1, 3, 5, 6, 82  
Emprego 4, 5, 6, 7, 10, 34, 44, 63, 65  
Empresariado 61, 70  
Empresários 4, 5, 57, 71, 78  
Envelhecimento 24, 25, 26, 28, 31, 32, 33, 34, 35, 56  
Estado 3, 5, 14, 15, 17, 21, 22, 25, 26, 28, 29, 30, 31, 33, 34, 38, 49, 51, 52, 53, 54, 55, 57, 58, 59, 65, 80, 85, 87, 88, 90, 92, 99, 102, 103

## **G**

Globalização 1, 2, 3, 4, 7, 8, 9, 10, 11  
Governo 3, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 44, 46, 50, 59, 60, 64, 82, 87, 90, 92

## **I**

Inflação 37, 38, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 49, 50, 56  
Isolamento 13, 24, 25, 30, 32, 33

## **J**

Juventude 81, 82, 84, 85, 86, 88, 89, 90, 91, 92

## **L**

Lei 13.467/2017 61, 62

## **M**

MDB 36, 37, 38, 45, 47, 48, 49

## **N**

Neoliberal 51, 52, 53, 55, 56, 57, 58, 59  
Neoliberalismo 10, 26, 51

## **O**

Obras 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103  
OMS 15, 24, 25, 26, 30, 31, 32, 33, 34

## **P**

Pandemia 6, 12, 13, 14, 17, 18, 19, 20, 21, 24, 25, 28, 30, 31, 32, 33  
Participação social 58, 81, 82, 86  
Pessoas idosas 25, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33  
Plano cruzado 36, 37, 38, 39, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49  
Política de saúde 12, 14, 17, 18, 20, 21, 30, 34, 51, 52, 55, 56, 58, 59

Política econômica 27, 36, 45, 50, 58

Políticas públicas 22, 25, 26, 27, 29, 31, 32, 33, 35, 51, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 88, 89, 90, 91, 92, 104

Políticas sociais 14, 27, 29, 35, 53, 55, 56, 58, 85

## **R**

Reforma monetária 40, 43

Reforma sanitária 51, 54, 55, 59

Reforma trabalhista 57, 61, 63, 64, 65, 67, 70, 78, 79, 80

## **S**

Sarney 36, 37, 38, 39, 42, 44, 45, 46, 49, 50

SARS-CoV-2 12, 13, 24, 31

Seguridade social 3, 6, 12, 14, 17, 25, 27, 29, 34, 52, 54

Sociedade 4, 6, 13, 14, 15, 16, 25, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 41, 49, 52, 53, 56, 59, 65, 70, 86, 87, 88, 89, 90, 92, 104

SUS 12, 13, 15, 17, 18, 20, 21, 25, 30, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 97, 99, 101

## **T**

Território 81, 82, 83, 84, 87, 88, 89, 90, 91, 92


Trabalhador 61, 62, 63, 64, 66, 67, 68, 69, 71, 76, 77, 78


Trabalho 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 10, 21, 26, 27, 28, 31, 33, 35, 45, 52, 57, 58, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 89, 90


# CIÊNCIA POLÍTICA:

Produção decisória, governança  
e ecologias organizacionais

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br) 

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br) 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br) 

# CIÊNCIA POLÍTICA:

Produção decisória, governança  
e ecologias organizacionais

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br) 

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br) 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br) 